

## **Mais de oito mil trabalhadores da restauração no Norte estão ilegais**

Só no Norte existem mais de oito mil trabalhadores ilegais na área da restauração e bebidas, segundo as contas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restauração e Similares do Norte (STIHTRSN).

A denúncia feita ontem garante ainda que "em período de ocupação alta, em alguns concelhos, os trabalhadores clandestinos chegam a atingir os 80 por cento". Por isso, Francisco Figueiredo, presidente daquela estrutura sindical, alerta: "a situação social do sector é grave".

Servem às mesas, estão atrás dos balcões e "escondidos" nas cozinhas. Exercem funções há mais de um ano e não estão declarados na Segurança Social, nem têm seguro contra acidentes de trabalho. "Para todos os efeitos, não existem. Estão clandestinos", assegurou ontem Francisco Figueiredo.

Representam cerca de 30 por cento dos trabalhadores da restauração e bebidas na região, exercem em restaurantes, cafés, pastelarias. E, além deste tipo de trabalho, existem ainda "os serviços das empresas de catering, em particular nas quintas e turismo rural".

Trabalho assegurado, "praticamente na sua totalidade, por trabalhadores extras ilegais", aponta ainda o STIHTRSN. Contas feitas, de entre os 27 mil trabalhadores deste sector, oito mil e cem, sensivelmente, estão clandestinos. Um número que chega a ser muito superior - 80 por cento - "em períodos de ocupação alta do sector, em alguns concelhos".

### **Maioria são portugueses**

Não é verdade que a maioria dos ilegais seja estrangeiro. "Essa ideia é errada", afiança o presidente do sindicato. "São quase todos portugueses, havendo alguns casos de empresas que só empregam brasileiros e ilegalmente, mas são poucos". Assim sendo, são os portugueses que mais preocupam a estrutura sindical, pois "existem inúmeros casos de empresas já consideradas grandes - com 12 trabalhadores - nas quais nenhum funcionário está legal", segundo Francisco Figueiredo.

No mesmo sector, a intensa carga horária também é alvo da denúncia. Garante Francisco Figueiredo que cerca de 75 por cento dos trabalhadores cumpre um horário superior ao máximo previsto na convenção colectiva de trabalho aplicável. Isto é, oito horas por dia, 40 horas semanais. "E nem a obrigatoriedade de um dia e meio de folga é respeitada", diz o responsável. "Muitos dos trabalhadores cumprem jornadas entre dez e 12 horas diárias e entre 60 e 70 semanais. Não recebem qualquer importância a título de trabalho suplementar. E, a maioria, tem apenas um dia de descanso semanal", alertam em comunicado.

## **Falta de condições**

A falta de condições de segurança, higiene e saúde também foi motivo para o STIHTRSN convocar a conferência de imprensa de ontem. Queixam-se de as normas legais não serem cumpridas e de poucos beneficiarem do regime obrigatório de medicina no trabalho. Avisam que "90 por cento destes trabalhadores não possuem carteira profissional, que continua a ser obrigatória".

A falta de fiscalização eficaz, por parte da Inspeção de Trabalho e das autarquias, eterniza os problemas, na opinião de Francisco Figueiredo e da sua direcção. O STIHTRSN solicitou reuniões com o Inspector Geral do Trabalho, o ministro do Trabalho e Secretário de Estado do Turismo para debater estes problemas do sector.

O sindicato exige, entre várias medidas, o "abandono da prática da autoregulação pela IGT, que deve passar a ter uma postura eficaz e coerciva". Aumentar as coimas, legislar melhor e garantir melhores salários, são outros temas considerados "urgentes".

## **IGT tem apenas 270 inspectores para todo o país**

A Inspeção-Geral do Trabalho tem falta de meios, conforme admite o inspector Paulo Morgado de Carvalho. Os pedidos são mais do que muitos e os 270 inspectores existentes nos quadros da IGT "são insuficientes para fazer face às centenas de denúncias que são feitas todos os dias".

O quadro permanente prevê um mínimo de 575 inspectores por forma a Portugal estar ao nível do resto da Europa nesta matéria, mas os lugares ainda não foram preenchidos. Paulo Morgado de Carvalho espera que se cumpra o concurso público previsto ainda para este ano, o qual deverá admitir 45 novos elementos.

"Temos pedidos de sindicatos de todos os sectores da economia, e de trabalhadores a título individual e tentamos responder a todos, mas é difícil", lamenta o inspector principal.

Só o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, em 2004, "fez 230 denúncias e a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) apenas respondeu a 69", garante Francisco Figueiredo. Em nenhum dos casos foram levantados autos, "tanto quanto se saiba", dizem sobre as queixas apresentadas relativamente a unidades de alojamento, designadamente hotéis, pensões e similares. "Os inspectores parecem criados dos patrões", ironiza o presidente do sindicato, que não acredita nas "desculpas de sempre da IGT". Segundo o mesmo, da inspeção chega constantemente a resposta de que "não têm meios ou então que não existe [a IGT] para levantar autos, mas para resolver os problemas".

Ainda assim, com um inspector por cada 18 mil habitantes, Paulo Morgado de Carvalho garante que durante 2004 foram emitidos diversos autos em situações consideradas graves e autos de advertência quando as situações podem ser regularizadas. "Não é verdade que não passemos autos", garante. Tal como garante vir a receber em audiência o sindicato de hotelaria no Norte.